



Estudo Técnico Preliminar

Processo administrativo N° 0011/2025-INEXIG



Unidade responsável Fundo Municipal de Saúde Prefeitura de Ipixuna do Pará



Data 23/05/2025



Responsável Comissão De Planejamento

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A crescente necessidade de suporte aos pacientes usuários do Programa de Tratamento Fora de Domicílio (TFD) em Ipixuna do Pará tem evidenciado a insuficiência de infraestrutura atualmente disponível para atender de forma eficaz essa demanda socioassistencial. Dados coletados no processo administrativo nº 0011/2025-INEXIG, indicam que o município não possui estrutura na capital do Estado para proporcionar um ambiente de apoio e acolhimento seguro e acessível aos pacientes e seus acompanhantes durante o período de tratamento na cidade de Belém do Pará. Essa carência compromete a qualidade e a eficiência do atendimento prestado, impactando negativamente na saúde e bem-estar dos usuários, e, consequentemente, no interesse coletivo, conforme estabelecido pelo art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

A não contratação de um imóvel para a instalação de uma casa de apoio pode resultar em diversos impactos institucionais e sociais, como a interrupção dos serviços essenciais de acolhimento e suporte aos pacientes do TFD, o que inviabilizaria o cumprimento das metas estabelecidas pelo município e comprometeria a continuidade dos serviços de saúde de alta e média complexidade não realizados em Ipixuna do Pará. Em um contexto mais amplo, essa situação prejudicaria não apenas os pacientes e suas famílias, que enfrentariam dificuldades logísticas e financeiras adicionais, mas também a imagem e a eficiência administrativa do município, sublinhando a necessidade dessa contratação como uma medida de interesse público



DE IPIXUNA DO PARÁ - CNP3: 83.268.011/0001-84









prioritária.

Com a contratação, espera-se alcançar resultados significativos alinhados aos objetivos estratégicos da Administração, tais como a continuidade e ampliação dos serviços assistenciais prestados aos usuários do TFD, melhorando a qualidade de vida dos pacientes durante os tratamentos em centros de saúde especializados. Tal medida promoverá a modernização e a adequação legal, além de contribuir para a eficaz implementação dos direitos sociais e do atendimento humanizado, conforme previsto nos objetivos do art. 11 da Lei nº 14.133/2021, demonstrando economicidade e eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Portanto, a locação de um imóvel para a Casa de Apoio dos Pacientes do TFD emerge como solução imprescindível para mitigar os desafios operacionais identificados e garantir o pleno cumprimento dos objetivos institucionais e as necessidades dos cidadãos de Ipixuna do Pará. Essa iniciativa está amparada pela análise integrada do processo administrativo consolidado, em conformidade com os princípios e regulamentações da Lei nº 14.133/2021, particularmente os apontados no art. 5º, que evidenciam a necessidade de uma contratação planejada e alinhada aos interesses públicos.

2. ÁREA REQUISITANTE

Área requisitante	Responsável
Sec. Municipal de Saúde	CLEBER MARTINS BEZERRA

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A Prefeitura de Ipixuna do Pará identificou a necessidade de locação de um imóvel para a instalação de uma Casa de Apoio destinada aos pacientes usuários do Programa de Tratamento Fora de Domicílio (TFD). Esta demanda é estratégica para assegurar suporte e conforto adequados aos pacientes e acompanhantes que necessitam deslocar-se para a cidade de Belém do Pará para receber tratamentos médicos de média e alta complexidade indisponíveis no município de origem. A iniciativa visa reduzir os custos associados ao tratamento e melhorar as condições de recuperação dos pacientes, contribuindo para a realização de metas institucionais relacionadas à saúde pública.

Os padrões mínimos de qualidade e desempenho necessários para este imóvel abrangem a localização em proximidade aos centros de saúde utilizados pelos pacientes do TFD, acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida, boas condições de habitabilidade e a presença de contratos claros que assegurem a disponibilidade do imóvel pelo período necessário. Tais requisitos são justificados







tecnicamente em face da demanda apresentada, conforme os princípios de eficiência e planejamento detalhados no Art. 5° da Lei n° 14.133/2021.

Ademais, para a celebração da contratação de locação de imóvel, é fundamental que o proprietário atenda a determinadas condições de habilitação. Entre os documentos devem constar:

- 1. Documentação do Imóvel: Deve ser apresentada a escritura ou o contrato de compra e venda do imóvel, comprovando a propriedade.
- 2. Certidão Negativa de Débitos do IPTU: Esse documento é necessário para comprovar que não existem pendências fiscais relacionadas ao imóvel junto à prefeitura.

Os requisitos aqui definidos são fundamentados na necessidade evidenciada no Documento de Formalização da Demanda (DFD) e estão em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

No caso de locação de imóveis de terceiros por órgão da administração direta para utilização própria, a pesquisa de mercado é realizada por meio de Laudo de avaliação, emitido pelo setor de engenharia do município, anexado ao Documento de Formalização de Demanda. Desta forma, a contratação em questão corresponderá ao valor mensal de R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta envolve a locação de um imóvel para a instalação da Casa de Apoio aos Pacientes Usuários do Programa de Tratamento Fora de Domicílio (TFD) na cidade de Belém do Pará. Este imóvel servirá como um espaço seguro e adequado para pacientes e seus acompanhantes que necessitam de tratamento em localidades afastadas de suas residências, como parte de uma estratégia de suporte e cuidado continuado implementada pela Prefeitura de Ipixuna do Pará.









Além disso, o imóvel deve apresentar um padrão de segurança elevado, com boa iluminação e garantias de tranquilidade que favoreçam o bem-estar dos pacientes durante o período de tratamento. O estado de conservação do imóvel é outro aspecto crucial, devendo estar plenamente habitável e em perfeitas condições elétricas, hidráulicas e estruturais. A locação será formalizada mediante contrato claro e robusto, que alinhará os direitos e deveres das partes e contemplará um prazo de disponibilidade que atenda às necessidades previstas até dezembro de 2025.

Essa solução não apenas atende aos resultados pretendidos de eficiência e qualidade no suporte aos necessitados do TFD, mas também está alinhada ao interesse público, ao planejamento e aos princípios da Lei nº 14.133/2021.

Em conformidade com os princípios da eficiência e do interesse público, a locação garantirá que os benefícios pretendidos pela Administração sejam plenamente alcançados, representando a solução mais tecnicamente e economicamente vantajosa para as necessidades identificadas.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.
1	Locação de imóvel	7,000	Mês

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.	V. UNIT (R\$)	V. TOTAL (R\$)
1	Locação de imóvel	7,000	Mês	7.000,00	49.000,00

Deste modo, como tendo como parâmetro as pesquisas de preços realizadas, temse que o valor médio estimado, conforme dados demonstrados acima, totalizam a monta de R\$ 49.000,00 (quarenta e nove mil reais)

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Foi identicado que o imóvel previsto já possui espaço e localização favoráveis para o uso pretendido, conforme laudo de avaliação técnica disponível, facilitando assim a concentração dos pacientes e acompanhantes em um único fornecimento.

Diante do exposto, recomenda-se a execução integral da locação como a alternativa mais vantajosa para a Administração. Esta sugestão alinha-se aos 'Seção TRAY CRISTÓVÃO COLOMBO S/Nº CENTRO - CEP 68 637-000







1 0 - Resultados Pretendidos, otimizando conceitos de economicidade e competitividade definidos pelos arts. 5° e 11 da Lei 14.133/21.

9. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A contratação pretendida deve estar alinhada com a Lei Orçamentária Anual do Município, bem como com o Quadro de Detalhamento de Despesas.

10. RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação da locação do imóvel para a Casa de Apoio aos Pacientes Usuários do Programa de Tratamento Fora de Domicílio (TFD) almeja benefícios diretos que refletem um uso eficiente dos recursos públicos, conforme preconizam os arts. 5° e 18, §1°, inciso IX da Lei nº 14.133/2021. Buscando economicidade, esta iniciativa otimiza recursos financeiros pela escolha de um imóvel que, por sua localização estratégica próxima aos centros de saúde de Belém do Pará, reduz custos com transporte e deslocamento. Essa proximidade não somente diminui as despesas operacionais, mas também aumenta a eficiência ao minimizar o tempo de deslocamento, favorecendo a recuperação dos pacientes conforme descrito na 'Descrição da Necessidade da Contratação'.

Em última análise, a locação deste imóvel não apenas visa atender à necessidade imediata de suporte aos pacientes do TFD, mas também reforça a capacidade do município de prestar um serviço público eficaz e que demonstre bom uso dos recursos institucionais.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Trata-se de procedimento autônomo, independente de outras contratações, para evitar a paralização das funções essenciais desenvolvidas pelo(a) Fundo Municipal de Saúde.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS



Nas locações de imóveis, dar-se-á preferência àqueles que atendam aos requisitos de acessibilidadende. PRAV. FORMETO PARALO MEIO ILEMPIRO DE PARALO DE PARAL







e/ou mobilidade reduzida, conforme Guia nacional de contratações sustentáveis.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação proposta para a locação de um imóvel, a fim de instalar a Casa de Apoio aos Pacientes Usuários do Programa de Tratamento Fora de Domicílio (TFD), revela-se viável e vantajosa para a Administração Pública, conforme detalhamento fornecido por este Estudo Técnico Preliminar.

A quantidade de meses para a locação, sete meses, encontra respaldo nas necessidades de excepcional caráter temporário, potencializando a economicidade e a eficiência da operação, princípios reconhecidos pela norma legal em vigor, especialmente nos arts. 5° e 11.

Observa-se que o valor estimado da contratação, que é de R\$ 49.000,00, está em conformidade com os preços de mercado verificados e oferece uma relação custo-benefício satisfatória para a Administração, permitindo o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis.

A decisão pela execução da locação é reforçada pela importância estratégica de assegurar acomodações adequadas e o apoio necessário aos pacientes do TFD. Esse fator está alinhado com o planejamento estratégico, ainda que não tenha sido identificado um plano de contratação anual específico para este processo administrativo (art. 40). Recomenda-se, portanto, a continuidade do processo licitatório, levando em conta todas as especificações estipuladas no ETP e as respectivas garantias legais, corroborando o art. 18, §1°, inciso XIII, quanto à adequação desta contratação ao atendimento pleno da necessidade pública identificada.

14. ANÁLISE DE RISCO

Análise de riscos

RISCO 01: Seleção de imóvel inadequado

Nível do risco: baixo

CAUSA: Avaliação técnica inadequada

FASE: Seleção do Fornecedor

IMPACTOS: Seleção inadequada do imóvel junto aos requisitos institucionais ou com

condições piores que a locação atual.

AÇÕES PREVENTIVAS: Análise técnica do imóvel feita por servidor engenheiro do município e emissão de Laudo técnico de avaliação do imóvel, considerando todos os custos de locação, mudança, adequações, localização e outros relacionados ao novo imóvel.









Responsável: Engenheiro técnico.

Ações de Contingência: Acompanhamento na avaliação técnica.

RISCO 02: Alienação do imóvel durante a locação

Nível do risco: médio

CAUSA: Possibilidade de venda do imóvel pelo proprietário.

FASE: Gestão do Contrato

IMPACTOS: Encerramento do contrato de aluguel, caso o novo proprietário não tenha

interesse em seu prosseguimento.

AÇÕES PREVENTIVAS: Cláusula contratual que mantém o contrato vigente após

alienação.

Responsável: Agente de contratação

Ações de Contingência: Negociação extrajudicial ou judicial para manutenção do

contrato, ou prazo para deixar o imóvel após encontrar outro, em último caso.

RISCO 03: Encerramento prematuro do contrato

Nível do risco: alto

CAUSA: Encerramento do contrato por decisão do locador.

FASE: Gestão do contrato

IMPACTOS: Encerramento do contrato, com necessidade de localização de novo

imóvel e mudança.

AÇÕES PREVENTIVAS: Inclusão de clausula de sanções no contrato e multas para encerramento prematuro do contrato, suficiente para desestimular a rescisão

antecipada.

Responsável: Agente de Contratação e/ou Fiscal do contrato

Ações de Contingência: Iniciar processo de nova locação de imóvel.

RISCO 04: Certidões vencidas no decorrer do contrato, impedindo empenho e pagamento do aluquel

Nível do risco: médio

CAUSA: Pendências do locador com o Município, obrigação da Administração Pública consultar as certidões antes de cada empenho e pagamento.

FASE: Gestão de contrato

IMPACTOS: Suspensão de empenhos e pagamentos até que seja regularizada a situação fiscal, obrigação de rescindir o contrato caso a pendência persista.

AÇÕES PREVENTIVAS: Alertar, antes do início do contrato, o locador sobre as condições contratuais com a Administração Pública, orientando que mantenha sempre as certidões regulares e atualizadas.

Responsável: Órgão requisitante

Ações de Contingência: Dar prazo para regularização, sob risco de rescisão contratual.







Ipixuna do Pará / PA, 23 de maio de 2025

EQUIPE DE PLANEJAMENTO

assinado eletronicamente DIEGO LOPES DA SILVA SUPLENTE

assinado eletronicamente ELIANE CORREA DA SILVA SOARES PRESIDENTE

assinado eletronicamente WILLIAN SILVA MOURA JÚNIOR MEMBRO



